

A petição pública que hoje se debate, assinada por mais de 1500 peticionários, foi criada após o conhecimento da inscrição, na proposta de Orçamento do Estado para 2020, do Concurso Público para atribuição de direitos de prospecção e pesquisa de lítio e minerais associados, em 9 áreas do território nacional. Perante o amplo debate público sobre o tema, e conhecendo-se a rejeição desta mineração por parte de autarquias, associações e movimentos cívicos, foi com estupefação que verificámos a insistência na mesma por parte do Governo, colocando em risco extensas áreas do território nacional e, neste caso específico, as 9 áreas que pretendem colocar a leilão. Assim, decidimos exigir aos deputados desta casa da democracia que ouvissem a voz dos cidadãos e impedissem o Governo de lançar este Concurso. No entanto, discutido e aprovado o Orçamento, observámos desolados a ausência de qualquer proposta de rejeição da mesma, apesar de, durante a recente campanha eleitoral para as legislativas, várias forças políticas se terem declarado contra este projecto de mineração massiva que, usando o Lítio como cavalo de Tróia, pretende abrir ao canibalismo mineiro extensas áreas do território português.

Acreditamos em desenvolvimento sustentável? Sim. Mas não acreditamos em "exploração sustentável" de recursos finitos. Não acreditamos em promessas de "mineração verde", nem em mineração amiga do ambiente. Senhores deputados, a mineração a céu aberto, de larga escala, a escassos metros de espaços da Reserva Agrícola Mundial, da Reserva Ecológica Nacional, ou da Rede Natura 2000 não é sustentável. E o passivo ~~mineiro~~ ^{ambiental} que temos em Portugal está aí para nos dar razão.

A nossa rejeição não é desinformada. Somos cidadãos esclarecidos, conhecedores do território que habitamos e conscientes dos problemas que enfrentamos a nível global. E é precisamente isso que nos leva a reforçar ainda mais a nossa posição de rejeição desta política. É precisamente isso que nos obriga a alertar para os erros de leitura dos dados com que tentam justificar a medida.

Fala-se em reservas, recursos, clusters, cadeias de valor, mineração, extração, concentração, metalurgia, valor acrescentado, numa ampla confusão de conceitos e definições. Revelam sobretudo um enorme desconhecimento da realidade nacional, nomeadamente no que concerne às suas características geológicas, à expressão da ocorrência de Lítio, e à viabilidade da sua extração; quanto mais, da possibilidade de se montar uma cadeia de valor acrescentado como a que o Governo afirma pretender.

Fala-se do ~~petróleo~~ ^{ouro} branco, das gigantescas reservas de lítio em Portugal... É um equívoco, um embuste. Não há cálculos de reservas de lítio no nosso país, apenas estimativas de recursos. As reservas, convém esclarecer, são aqueles recursos que satisfazem TODOS os critérios técnicos, económicos, sociais e ambientais para que sejam explorados. Ora, os mapas elaborados mostram um total desconhecimento do uso do solo e património construído. Os relatórios incluem informação técnica não fundamentada e informação económica obsoleta. Pior: o impacto ambiental é ignorado. Assim sendo, a nossa melhor estimativa das reservas de lítio em Portugal é... ZERO.

Desenganem-se: as estimativas elaboradas apenas para os jogos de bolsa já são conhecidos há pelo menos uma década, e não constituem evidência científica. Das 130 mil toneladas de recursos de lítio, declaradas em 2018 por Jorge Seguro Sanches, às 30 milhões de toneladas anunciadas pela Lusorecursos em Morgade, Montalegre, ou às 27 milhões de toneladas da Savannah, em Boticas, vai uma distância astronómica. A confirmar-se a avaliação de há dois anos, e fazendo a mineração à revelia da população e dos princípios estipulados na lei, Portugal teria apenas 1 ano de exploração viável, seguido de décadas de ruína dos recursos primários e a contemplação de crateras e estruturas abandonadas.

O programa nacional de mineração já está em marcha. E o que podemos observar é uma prospecção selvagem, um sem-fim de más práticas e o desrespeito absoluto da lei. Aliás, dos 9 princípios a que deve obedecer a gestão dos recursos geológicos, segundo a Lei 54/2015, artigo 4º, apenas 2 estão a ser cumpridos. São eles “a promoção da iniciativa privada” e a “defesa e promoção da competitividade dos concessionários ou titulares da licença”. De resto, não há “promoção do bem-estar económico, social e ambiental das populações”, não há “preservação do ambiente”, não vemos “respeito dos direitos de participação cívica e estímulo ao seu exercício no âmbito dos procedimentos administrativos”, etc, etc, etc...

Mais: o artigo 16º da mesma lei fala de, cito, “comprovada idoneidade técnica, económica e financeira a qualquer empresa requerente de uma avaliação prévia”. Onde se encaixam aqui a Lusorecursos e a Savannah Resources, que já fizeram a prospecção e têm contratos de exploração atribuídos sem satisfazerem a totalidade ou parte destes critérios?

Os factos falam por si. O desconhecimento de entidades e decisores sobre esta realidade tem sido um dos factos que mais nos deixa, cidadãos e movimentos, verdadeiramente estupefactos. A isso soma-se a incompreensível acção do Ministério do Ambiente, do qual se esperaria uma atitude proactiva de defesa do equilíbrio ambiental do território e da paisagem portuguesa mas que, declarada e publicamente, está obcecado em avançar com a medida, em nome de uma suposta transição energética, baseada, como sabemos e já referimos, em pressupostos totalmente errados.

O Movimento SOS Serra d’Arga, assim como os restantes movimentos cívicos que estão activos e unidos na defesa do território, não pode aceitar a leviandade, a falta de debate e a intransigência com que este processo tem sido desenvolvido. Principalmente, quando é do conhecimento público a forte oposição dos cidadãos e das autarquias dos territórios afectados, que deram, unanimemente, pareceres negativos quando consultadas no âmbito da preparação do Concurso que aqui nos traz.

Não obstante, persiste a proposta dum Concurso Público Internacional para o qual está supostamente a ser revista a legislação, e que abrirá à mineração 9 áreas do território nacional, sem Avaliação Ambiental Estratégica prévia, e com acções que serão realizadas sem qualquer avaliação do seu impacte

ambiental. É-nos dito que o objectivo é primeiro analisar, para depois se avaliar viabilidade.

Perguntamos:

Porquê avaliar a viabilidade desta actividade em territórios onde sabemos à partida que todos os pressupostos de conservação da natureza, de respeito pelas populações locais e pelas actividades económicas aí desenvolvidas desaconselham uma futura mineração?

Como é possível autorizar-se pesquisa e prospecção sem avaliação de impacte ambiental, se todos conhecemos os efeitos recentes destas acções em concelhos como Montalegre e Boticas – territórios esventrados, árvores abatidas, furos realizados, nascentes de água destruídas e povoações inteiras em sobressalto com a expectativa de um desastre eminente?

Senhores deputados, não é este o futuro sustentável nem o desenvolvimento que pretendemos para o nosso território. O plano mineiro que este Governo quer levar a cabo é claramente incompatível com o desenvolvimento sustentável apregoado! Claramente incompatível com a agricultura, a vinicultura, a apicultura, das quais vivemos, nas quais investimos e para as quais o próprio Governo tem canalizado verbas. Claramente incompatível com a protecção e valorização do património construído, do património cultural material e imaterial, e dos modos como secularmente soubemos construir paisagem, transformar os montes em chão produtivo e habitável e não em deserto estéril e contaminado. Claramente incompatível com a preservação dos recursos hídricos, essenciais à vida nas aldeias, vilas e cidades deste país. E ainda, totalmente incompatível com “o tal” Turismo que tem sido uma das apostas no desenvolvimento destes mesmos territórios, nos mais diversos modelos nos quais se tem apoiado – turismo de natureza, turismo rural, agroturismo, geoparques, práticas desportivas na natureza, etc.

Perante o que apresentamos, apenas nos resta rejeitar totalmente este plano e todas as medidas com ele relacionadas.

Senhores deputados, o nosso movimento irá continuar a apelar à contestação popular a este programa, que mais não é do que um ataque brutal ao mundo rural. Estamos seguros que só uma população activa e esclarecida pode defender-se de uma evidente estratégia de fomento mineiro promovido, pasmese, pelo ministério do ambiente, fazendo-nos crer que se trata de uma oportunidade para a nação. Não é! É, isso sim, a pilhagem do património de todos em benefício de alguns.

O Estado, que deveria ser o primeiro a defender o território, está, pelo contrário, pela calada, nas costas da população, a lançar um concurso público para uma indústria altamente destrutiva do património histórico, ambiental, cultural, social e económico. Pior: parece-nos claro que os partidos políticos não são capazes de alcançar compromissos em torno do modelo de desenvolvimento do interior. Mas isso pode mudar aqui e agora. Isso tem que mudar aqui e agora.

Srs deputados, está na altura de acabar de vez com este atentado. Está na

altura de ouvirem as gentes da serra, a gentes do interior, que não se resignam a ver a sua região destruída. Pedimos-vos, por isso, que exijam, de imediato, a suspensão deste programa governamental de exploração mineira. Trago-vos do Alto Minho o seguinte recado: não aceitaremos nem um só furo! Faremos tudo o que fôr necessário para travar a entrada das máquinas na nossa terra. Estamos aqui em defesa da Arga, mas também do Barroso, da Argemela, da Beira Interior e de todas as comunidades em perigo de desastre ecológico e asseguramos-vos o seguinte: não daremos um só passo atrás!

Muito obrigado.